



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 539/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 10126/2013.

2- Assunto: Embargos de Declaração.

3- Embargante: Sr. Manoel Hélio Alves de Paula, Ex-Prefeito de Guajará.

4- Objeto: Embargos ao Acórdão nº 48/2014, proferido pelo Tribunal Pleno, às fl. 2145/2150.

5- Relator: Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Embargos de Declaração.

Conhecimento. Provimento. Correção do Acórdão nº 48/2014. Multa. Prazo. Cobrança Executiva. Recomendação a Origem.

6- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art.11, III, alínea “f”, item 1, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, no sentido de:

6.1- Tomar conhecimento do presente **Embargos de Declaração**, interposto pelo Senhor **Manoel Hélio Alves de Paula**, Prefeito do Município de Guajará e Ordenador de Despesas, à época, para, no mérito, **dar-lhe provimento**, a fim de corrigir a **contradição existente** no **Acórdão nº 48/2014 – TCE – Tribunal Pleno** (fls. 2.143/2.150), por meio da exclusão dos itens **30.2, 30.4, 30.5, 31.2, 31.3, 31.4, 31.5, 31.6, 31.7, 31.8, 31.9, 31.10, 31.11, 31.12, 31.13**, devendo o texto permanecer da seguinte forma:

6.1.1- Determine a correção do nome do responsável pelas contas da Prefeitura de Guajará, exercício financeiro de 2012, na capa de autuação do presente processo eletrônico e na listagem das Prestações de Contas do Portal do TCE/AM, a fim de que conste como Prefeito o Senhor **Manoel Hélio Alves de Paula**;

6.1.2- Emita **Parecer Prévio**, pela desaprovação das contas, do **Prefeito Municipal de Guajará, exercício financeiro de 2012**, de responsabilidade do Senhor **Manoel Hélio Alves de Paula**, Prefeito e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do artigo 31, parágrafos 1º e 2º, da CF/88 c/c o artigo 127 da CE/89, artigo 18, inciso I, da LC nº06/91 e artigo 1º, I e artigo 29, da Lei nº2423/96 e artigo 3º, inciso III, da Resolução TCE nº09/97;

6.1.3- Julgue Irregulares a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Guajará, relativo ao Exercício Financeiro de 2012, na Gestão do senhor **Manoel Hélio Alves de Paula**, Prefeito e Ordenador de Despesas, à época, em conformidade com o artigo 71, inciso II e artigo 75, da CF/88 c/c artigo 40, II, da CE/89 e artigo 1º, inciso II, artigo 2º e 5º da lei nº 2423/96 com fundamento no artigo 18, da LC nº 06/91 c/c o artigo 22, inciso III, alínea “b” c/c artigo 25, da Lei nº 2423/96.

6.2- Quanto as impropriedades listadas pela DICAMI:

6.2.1- Aplicar **multa** no valor de **R\$ 4.384,12** (Quatro mil, trezentos e oitenta e quatro reais e doze centavos), ao senhor **Manoel Hélio Alves de Paula**, Prefeito e Ordenador de Despesas, à época, em razão do **atraso no envio de dados, via ACP**, referente aos meses de **Janeiro, Fevereiro, Março e Setembro**, nos moldes a seguir:



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 539/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

a) R\$ 1.096,03 (um mil, noventa e seis reais e três centavos) por cada mês de atraso pelo encaminhamento de dados via ACP fora do prazo estabelecido, totalizando o valor acima mencionado, tendo em vista a impropriedade descrita no **item 5.1**, do Relatório/Voto, com fulcro no artigo 308, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, conforme tabela abaixo:

COMPETÊNCIA	PRAZO ENTREGA	DATA DE ENTRADA	DIAS DE ATRASO
Janeiro	30/04/2012	12/06/2012	42
Fevereiro	30/04/2012	13/06/2012	43
Março	30/05/2012	14/06/2012	14
Setembro	29/11/2012	11/12/2012	11

6.2.2- Aplicar **multa** no valor de **R\$ 1.096,03** (Um mil, noventa e seis reais e três centavos), ao senhor **Manoel Hélio Alves de Paula**, Prefeito e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do artigo 54, II, da Lei nº 2.423/96, c/c o art. 308, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, em razão do atraso/não encaminhamento na remessa dos relatórios de gestão fiscal e execução orçamentária em contrariedade ao artigo 1º e 2º da Resolução 06/2000-TCE c/c os artigos 52 e 54 da Lei Complementar 101/2000 (**item 5.3** do Relatório/Voto);

6.2.3- Aplicar **multa** no valor de **R\$ 8.768,25** (Oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), ao senhor **Manoel Hélio Alves de Paula**, Prefeito e Ordenador de Despesas, à época, em conformidade com o artigo 54, inciso II, da Lei 2.423/96-TCE/AM, c/c o artigo 308, inciso VI, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, face às impropriedades descritas nos **itens 5.2, 5.4, 5.5, 5.6, 5.7, 5.8 (subitens 5.8.1, 5.8.2, 5.8.3, 5.8.4, e 5.8.5), 5.9, (subitens 5.9.1, 5.9.2 e 5.9.3), 5.10, (subitens 5.10.1, 5.10.2 e 5.10.3), 5.11 e 5.12 (subitens 5.12.1, 5.12.2, 5.12.3)** do Relatório/Voto;

6.2.4- Fixar **prazo de 30 (trinta) dias**, a contar da ciência, para que o **Responsável** recolha os valores das **multas** acima aplicadas aos cofres da Fazenda Pública Estadual, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 174, caput, da Resolução 04/2002 – TCE/AM;

6.2.5- Autorizar a **imediata Cobrança Executiva**, nos moldes do artigo 173, da Subseção III e da Seção III, do Capítulo X, da Resolução 04/2002 – TCE/AM, caso o responsável não recolha os valores referente às multas aplicadas por esta Corte de Contas e ainda a **Inscrição na Dívida Ativa**, caso persistam os débitos.

6.3- Quanto as impropriedades listadas pela DICOP:

6.3.1- Aplicar **multa** no valor de **R\$ 8.768,25** (Oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), ao senhor **Manoel Hélio Alves de Paula**, Prefeito e Ordenador de Despesas, à época, em conformidade com o artigo 54, incisos II da Lei 2.423/96-TCE/AM, c/c o artigo 308, inciso VI, da Resolução nº 004/2002-TCE/AM, face às impropriedades descritas no **item 13, (subitens 13.1, 13.2, 13.3, 13.4, 13.5 e 13.6, 13.7, 13.8, 13.9 e 13.10, item 14, (subitens 14.1, 14.2, 14.3, 14.4, 14.5, 14.6, 14.7, 14.8, 14.9, 14.10 e 14.11), item 15, (subitens 15.1, 15.2, 15.3, 15.4, 15.5, 15.6, 15.7, 15.8, 15.9, 15.10 e 15.11), item 16, (subitens 16.1, 16.2, 16.3, 16.4, 16.7, 16.8, 16.9 e 16.10), item 17, (subitens 17.1, 17.2, 17.3, 17.4, 17.5, 17.6, 17.7, 17.8, 17.13, 17.9, 17.10, 17.11 e 17.12), item 18, (subitens 18.1, 18.2, 18.3, 18.4, 18.8, 18.9, 18.10, 18.11,**



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 539/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO

18.12, 18.13, 18.14 e 18.15), item 19, (subitens 19.1, 19.2, 19.3, 19.4, 19.5, 19.6, 19.7, 19.8, 19.9, 19.10, 19.11 e 19.12 do Relatório/Voto;

6.3.2- Fixar prazo de 30 (Trinta) dias, a contar da notificação, para que a **Responsável** recolha o valor da multa acima aplicada aos cofres da Fazenda Pública Municipal, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 174, caput, da Resolução 04/2002 – TCE/AM;

6.3.3- Autorizar a imediata Cobrança Executiva, nos moldes do artigo 173 da Subseção III e da Seção III, do Capítulo X, da Resolução 04/2002 – TCE/AM, caso a **Responsável** não recolha o valor referente a multa aplicada por esta Corte de Contas e ainda a **Inscrição na Dívida Ativa**, caso persista o débito;

6.4- Recomendar a origem:

6.4.1- Que se faça cumprir os mandamentos da Lei nº 12.527/2011 (Lei de acesso a informações públicas) nos futuros exercícios a serem fiscalizados por este Tribunal, sob pena de multa, bem como se efetive a criação dos seguintes órgãos internos no âmbito da Administração Municipal, quais sejam: Procuradoria Jurídica Municipal com rol de Procuradores e a natureza do vínculo laboral; Órgão de Controle Interno com rol de agentes envolvidos, a natureza do vínculo laboral, bem como a qualificação acadêmica dos mesmos; Portal de Transparência com rol dos servidores envolvidos na alimentação do site; Engenheiro Civil habilitado junto ao Conselho de Classe e Serviço de informações ao cidadão, com instalações físicas de atendimento a interessados;

6.4.2- Que as Comissões vindouras deste Tribunal, determinadas a procederem a inspeção ordinária “in loco” na Prefeitura Municipal ora em comento, em exercícios futuros, que observem se há reincidência nas restrições lançadas no **Relatório Conclusivo nº 01/2013 - DICAMI** (fls. 352/398), caso persistam, deverão ser passivas de imposições de multa por esta Corte de Contas aos **Responsáveis** pela execução das despesas, na forma prevista no artigo 54, inciso VII, da Lei 2.423/96-TCE/AM.

7- Ata: 29ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

8- Data da Sessão: 05 de agosto de 2015.

9- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

10- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

JULIO CABRAL
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral